

## Inquérito contra políticos do MDB sai do Plenário Virtual do STF

Reprodução



Julgamento que define se políticos do MDB se tornarão réus é adiado  
Reprodução

Graças a um pedido de destaque do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, o julgamento do Inquérito 4.326 que decide se a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra políticos do MDB no Senado será aceita saiu do Plenário Virtual para o Plenário telepresencial.

Os ministros do Supremo irão decidir se os senadores Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA), os ex-senadores Edison Lobão (MA), Romero Jucá (RR), Valdir Raupp (RO) e José Sarney (AP) devem virar réus pelo suposto crime de organização criminosa. Além dos políticos do MDB, o julgamento também envolve o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

O relator do processo, ministro Edson Fachin, votou pelo recebimento parcial da denúncia apresentada pelo então PGR Rodrigo Janot. O magistrado decidiu rejeitar apenas a parte da denúncia que envolve o ex-presidente Sarney (1985-1989).

"Em sincronia com as revelações dos colaboradores, advém suficiente conjunto probatório e indiciário dos autos que dão lastro à acusação de que os aqui denunciados integrariam o núcleo político de grupo criminoso influente, devidamente estruturado para o alcance de objetivos espúrios, vale dizer: arrecadação de benefícios financeiros indevidos, por intermédio da utilização de órgãos e entidades da Administração Pública", diz trecho do voto.

### Métodos controversos

O julgamento envolvendo políticos do MDB é mais um caso em que os ministros do STF terão que lidar com os questionamentos envolvendo os métodos de investigação do Ministério Público.

No último dia 12 deste mês [foram revelados diálogos](#) entre procuradores que dão conta de que, além do ex-presidente Lula, um dos alvos primários de agentes do MPF atuantes na autoproclamada operação "lava jato" era o senador Renan Calheiros.



"Depois de ontem, precisamos atingir Lula na cabeça (prioridade número 1), para nós da PGR, acho que o segundo alvo mais relevante seria Renan [Calheiros]", disse a procuradora Carolina Rezende, da PGR, que integrava a equipe do então procurador-geral da República Rodrigo Janot". A **ConJur** manteve a grafia e eventuais erros das mensagens.

As mensagens foram apreendidas no âmbito da chamada operação "spoofing". Renan já havia se manifestado contra os métodos de investigação do MPF. Em [entrevista](#) à **ConJur**, o político alagoano se disse alvo de uma "odiosa perseguição" pelos tarefeiros da "lava jato".

"Até então eu não conhecia esse tipo de prática do MP. Ao menos em relação a mim. Mas, desde a primeira fase da operação, eles já me colocaram como multi-investigado. Como alguém que precisava ser colocado como símbolo do combate à corrupção no Brasil, porque era presidente do Congresso Nacional. Pediram a minha prisão e o meu afastamento. Vazaram investigações, enfim... Fizeram uma publicidade opressiva nunca vista", argumentou.

Parte das queixas de Renan foram [acolhidas](#) pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que aplicou a pena de censura ao então líder do consórcio de Curitiba, Deltan Dallagnol, em setembro do ano passado por publicações contra o senador.

O CNMP entendeu que as manifestações de Dallagnol buscaram interferir nas eleições para a presidência do Senado, que ocorreram em 2019, ultrapassando os limites da simples crítica e da liberdade de expressão.

No dia 10 deste mês, Renan Calheiros [protocolou](#) o Projeto de Lei 372/2021 que prevê que os hackers que tiveram acesso às mensagens entre os procuradores e Sergio Moro, da autoapelidada operação "lava jato" sejam anistiados.

Para Renan, a "lava jato", no seu "messianismo vulgar, tornou-se um partido político completamente alheio ao sistema de representação popular". O julgamento do Inquérito 4.326 ainda não tem data prevista.

**Clique [aqui](#) para ler o voto de Fachin  
Inquérito 4.326**

**Date Created**

15/02/2021